

Joana Colussi INTERINA

joana.colussi@zerohora.com.br

PLANO B PARA INCENTIVOS NA VOTAÇÃO DO PACOTE

Prevendo a dificuldade de barrar a aprovação da medida que pode reduzir em até 30% os créditos presumidos, dentro do pacote que começou a ser votado pela Assembleia Legislativa na segunda-feira, representantes do agronegócio costuraram um plano B junto aos parlamentares. Emenda protocolada ao projeto de lei 214/2015, pelo deputado Elton Weber (PSB), condiciona o corte de incentivos a análise dos impactos em cada setor. Ou seja, para fazer qualquer alteração, o governo terá de sentar com as indústrias para tratar sobre a eventual perda de competitividade.

– Da forma original, o projeto representa um risco enorme às indústrias. Com a emenda, pelo menos teremos oportunidade de discutir antes de qualquer mudança – avalia Ronei Lauxen, presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Rio Grande do Sul (Sicadergs).

Com restrições para entrada no plenário da Assembleia, representantes de indústrias de carnes, leite, vinho e grãos estão acompanhando a votação à distância – com contatos por meio de ligações e troca de mensagens.

– Estamos pedindo aos deputados que se o projeto for aprovado, que seja com essa emenda, que pelo menos nos abre a possibilidade de diálogo – diz Alexandre Guerra, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado (Sindilat).

Na semana passada, os setores produtivos ligados ao agronegócio apresentaram documento com argumentações sobre os riscos da redução dos créditos presumidos. O estudo foi entregue ao chefe da Casa Civil, Márcio Biolchi, e ao secretário-geral de Governo, Carlos Búrigo.

– Trabalhamos intensamente nos últimos 10 dias para demonstrar ao governo e aos deputados que os benefícios fiscais são necessários para reestabelecer uma certa isonomia tributária na competição com outros Estados – destaca Rogério Kerber, diretor-executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Estado (Sips).

Após dois dias de discussões do pacote no plenário da Assembleia, a expectativa é de que o projeto que trata sobre a concessão dos incentivos fiscais seja colocado em votação hoje.

ESCASSEZ DE ÁGUA PREOCUPANTE

Com as lavouras de milho se encaminhando para a fase final de desenvolvimento no Rio Grande do Sul, aumenta a preocupação dos produtores com a escassez de chuva em algumas regiões. Na fase crítica, a cultura precisa de seis a sete milímetros de água por dia, segundo a Emater. Apesar da precipitação do fim de semana ter amenizado a situação, algumas áreas de sequeiro apresentam perdas irreversíveis.

– Tenho conversado com diversos produtores, que relatam estragos pontuais de 10% até 50% das lavouras – conta Cláudio de Jesus, presidente da Associação dos Produtores de Milho do Estado (Apromilho-RS).

Segundo o dirigente, as regiões mais prejudicadas com a escassez de chuva são as de Cruz Alta, Ijuí, Panambi e Ibirubá. Em compensação, as plantações irrigadas apresentam alto potencial produtivo – com expectativa de recorde.

– O milho irrigado vai produzir muito bem. A abundância de sol e de água são perfeitas para a cultura. Neste ano não faltou luminosidade, como ocorreu no ano passado – destaca Jesus.

A abertura oficial da colheita do milho no Estado será no dia 28 de janeiro, em São Luiz Gonzaga, nas Missões.



OPINIONARIO/SHUTTERSTOCK



Com o futuro da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) nas mãos da Assembleia Legislativa, dentro do pacote que prevê a extinção de nove fundações, os 289 funcionários e pesquisadores da autarquia vivem dias de apreensão e angústia. Apesar da situação menos dramática do que os celetistas ligados a outras fundações, por serem estatutários (os quais não podem ser demitidos), o quadro de servidores não sabe o que irá acontecer com as pesquisas em andamento caso a fundação seja mesmo extinta.

– Não estamos mobilizados para manter nossos empregos, até porque

ANGÚSTIA DA INCERTEZA

temos estabilidade, mas para preservar a pesquisa agropecuária no Estado, onde boa parte do PIB é gerado pela agropecuária

– destaca Carlos Alberto Oliveira, pesquisador da Fepagro.

A reclamação é de que não existe definição clara no projeto sobre como os servidores serão realocados, de acordo com suas competências. Além disso, a preocupação dos pesquisadores é com o futuro de pesquisas em andamento e com os laboratórios credenciados e acreditados por órgãos oficiais.

– A nossa proposta é trabalharmos em um projeto de reestruturação da fundação, sem extinção – reforça Oliveira.

NO RADAR

O GOVERNO federal negocia uma linha de crédito de R\$ 1,2 bilhão junto ao Banco Mundial (Bird) ou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão destinados à estruturação da defesa agropecuária. Essa é a primeira vez que são buscados recursos internacionais para projetos do setor.

PREÇO DO LEITE ESTÁVEL

Depois de um ano marcado por pico histórico e queda na sequência, o preço do leite termina 2016 em estabilidade no Rio Grande do Sul. O valor de referência para dezembro, estimado pelo Conselho Estadual do Leite (Conseleite), é de R\$ 0,9407 – 0,5% abaixo do mês anterior.

Além da sazonalidade normal da safra, os números refletem o momento econômico de contenção

das importações. A variação cambial tornou menos atrativa a importação de leite em pó pelo Brasil, o que garante maior estabilidade de preços no mercado interno – pelo menos por enquanto.

A possibilidade de tempo seco na região Sul deve estimular os preços pagos ao produtor nas próximas semanas, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).



A produção de cana-de-açúcar da safra 2016/2017 deverá chegar a 694 milhões de toneladas, alta de

4,4%

em relação à safra anterior, segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).